



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

**ANEXO I**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

**1. OBJETIVO**

1.1. Estabelecer critérios objetivos para avaliar a qualidade da execução da obra e o desempenho da contratada, servindo de base para a apuração do valor mensal a ser pago, mediante a aplicação de ajustes (glosas) em caso de descumprimento dos indicadores.

**2. METODOLOGIA**

2.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 01 (um) indicador e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato:

INDICADOR	Nº 1 - ENTREGA DENTRO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS
-----------	--

2.2. O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

2.3. A Fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da Contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle dos serviços, conforme modelos definidos pela Fiscalização.

2.4. Durante a execução dos serviços, a Fiscalização realizará vistoria aleatória no escritório da Contratada, podendo, a seu critério, repeti-la em caso de não atendimento da meta.

2.5. O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao preposto da contratada até o 5º dia útil subsequente, para que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.

2.6. O valor devido a título de pagamento mensal à Contratada será mensurado a partir da aplicação das condições do presente Instrumento de Medição de Resultados.

2.7. Os pagamentos por parte da Contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

2.8. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

INDICADOR	
Nº 1 - ENTREGA DENTRO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir atendimento célere às demandas do órgão e evitar prejuízos ao correto cumprimento de todas as fases do cronograma e à entrega final no prazo fixado.  Considera-se entrega no prazo quando cumpriu o planejamento do cronograma físico financeiro e atendeu a qualidade requerida pela Administração.

Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.
Instrumento de Medição	Planilha de Controle dos serviços executados, conforme modelo definido pela Fiscalização.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na Planilha de Controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	% de serviços adequados executados dentro do mês de referência = $[(\text{total de serviços adequados executados dentro do mês de referência} / \text{total de serviços estabelecidos por período}) * 100]$
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	a) 85% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura. b) 75% a 84% dos serviços = recebimento de 95% da fatura. c) 65% a 74% dos serviços = recebimento de 85% da fatura. d) 59% a 64% dos serviços = recebimento de 80% da fatura.
Sanção	Abaixo de 59% dos serviços: - Multa de 5% sobre o valor total dos serviços não executados na etapa = $[(\text{Total Previsto} - \text{Total medido}) * 0,05]$ - Processo de apuração de possível descumprimento contratual

Indicador	Descrição / Critério de Qualidade	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Faixas de Ajuste (Glosa no valor da medição mensal)
<b>1. Cumprimento do Cronograma</b>	Execução física da obra conforme o Cronograma Físico-Financeiro aprovado.	% de execução mensal prevista vs. realizada	Mensal	- Atraso até 5%: Advertência.  - Atraso de 5,1% a 10%: Glosa de 2% do valor da medição.  - Atraso acima de 10%: Glosa de 5% do valor da medição.

Indicador	Descrição / Critério de Qualidade	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Faixas de Ajuste (Glosa no valor da medição mensal)
<b>2. Qualidade Técnica e Acabamento</b>	Execução dos serviços conforme normas da ABNT e especificações do projeto. Itens com defeito ou fora de esquadro/nível/prumo.	Número de itens reprovados pela fiscalização após prazo de correção	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 0 a 2 itens reprovados: Sem glosa.</li> <li>- 3 a 5 itens: Glosa de 1% do valor da medição.</li> <li>- Acima de 5 itens: Glosa de 3% e suspensão da medição do item específico até correção.</li> </ul>
<b>3. Segurança e Organização (Canteiro)</b>	Manutenção da limpeza do canteiro, uso de EPIs por todos os funcionários e sinalização de segurança (NR-18).	Relatório de Inspeção Diário / Semanal	Semanal (Consolidado Mensal)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 100% conformidade: Sem glosa.</li> <li>- Presença de funcionários sem EPI ou entulho acumulado: Glosa de 0,5% por ocorrência detectada e não sanada em 24h.</li> </ul>
<b>4. Documentação Técnica (As Built/Diário)</b>	Preenchimento diário e fidedigno do Diário de Obra e atualização dos projetos (As Built) conforme a execução.	Verificação do Diário de Obra físico/digital	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diário desatualizado por mais de 2 dias úteis: Glosa de 0,2% do valor da medição por dia de atraso.</li> </ul>
<b>5. Destinação de Resíduos</b>	Comprovação do descarte de resíduos de construção civil em locais licenciados (CTR - Controle de Transporte de Resíduos).	Volume (m³) e Notas de Recebimento	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de comprovação de descarte legal: Retenção de 5% do valor da medição até a regularização.</li> </ul>

**PRF**

Documento assinado eletronicamente por **JEAN DO NASCIMENTO TAVARES, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 13/05/2026, às 08:38, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **72393527** e o código CRC **86C67282**.



**Referência:** Processo nº 08664.000142/2026-12

SEI nº 72393527